



Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira**

**DECRETO N.º 7.570, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025.**

**DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A CERTIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGULAMENTADORAS Nº 1 (NR-1) E Nº 17 (NR-17) POR EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS CONTRATADAS PELO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA, REGULAMENTA PROCEDIMENTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 455, DE 19 DE AGOSTO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA**, no uso das atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 455, de 19 de agosto de 2025,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta o art. 2º da Lei Complementar nº 455/2025 e estabelece o credenciamento de empresas especializadas para emissão de certificações relativas ao cumprimento das exigências das Normas Regulamentadoras nº 1 (NR-1) e nº 17 (NR-17), como condição para contratação e manutenção dos contratos de terceirização com predominância de locação de mão de obra pelo Município de Miguel Pereira.

**Art. 2º** Poderão requerer o credenciamento empresas de atividades de apoio à gestão de saúde ou de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho que comprovem regularidade jurídica e fiscal (contrato social, CNPJ, alvará e certidões negativas).

**Art. 3º** O requerimento para credenciamento deverá ser protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, instruído com todos os documentos comprobatórios dos requisitos do artigo anterior.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira**

**§1º** O órgão poderá, a qualquer tempo, solicitar informações adicionais, realizar diligências ou promover visitas técnicas para verificação da capacidade técnica e operacional da empresa.

**§2º** O credenciamento será válido por 02 (dois) anos, podendo ser renovado mediante demonstração da manutenção dos requisitos legais e técnicos.

**Art. 4º** Somente será aceita para os fins da Lei Complementar nº 455/2025 a certificação emitida por empresa credenciada na forma deste Decreto.

**Art. 5º** A empresa terceirizada contratada pelo Município deverá apresentar, no início do contrato e anualmente, conforme estabelecido em edital ou contratação, o certificado de conformidade emitido por empresa credenciada.

**§1º** Caso o contrato já esteja em vigor, a empresa terceirizada terá o prazo de seis meses para se adequar ao seu fiel cumprimento.

**§2º** O não atendimento às exigências deste artigo acarretará a aplicação das penalidades previstas contratualmente e na legislação municipal pertinente, sem prejuízo de outras sanções administrativas e legais.

**Art. 6º** Compete aos órgãos e entidades da administração municipal, no momento de contratação e acompanhamento da execução, fiscalizar o cumprimento das obrigações previstas na Lei Complementar nº 455/2025 e neste Decreto, exigindo a documentação certificadora exigida, bem como a atualização periódica dos planos de ação e mapas de riscos conforme a legislação federal vigente.

**Art. 7º** A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, poderá editar normas complementares visando o fiel cumprimento deste Decreto.

**Art. 8º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira.**  
**Em, 30 de setembro de 2025.**

**PEDRO PAULO SAD COELHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira**

**DECRETO N.º 7.570, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025.**

**ANEXO ÚNICO**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº \_\_\_\_/2025**

**Município de Miguel Pereira - RJ**

**Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**

**1. OBJETO**

Credenciamento de empresas especializadas para emissão de certificação de conformidade quanto ao cumprimento das Normas Regulamentadoras nº 1 (NR-1) e nº 17 (NR-17) pelas empresas prestadoras de serviços terceirizados contratadas pelo Município de Miguel Pereira.

**2. JUSTIFICATIVA**

Atende ao disposto no Decreto nº \_\_\_\_/2025 e ao art. 2º da Lei Complementar nº 455/2025, objetivando garantir a promoção da saúde e segurança no trabalho no âmbito da administração municipal.

**3. PARTICIPAÇÃO**

Poderão participar empresas que atendam integralmente aos requisitos e apresentem toda documentação solicitada neste Edital.

**4. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

I – Regularidade jurídica e fiscal (contrato social, inscrição no CNPJ, alvará, certidões negativas);

II – Proposta metodológica detalhada para auditoria, incluindo visitas técnicas, entrevistas e análise documental.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira**

## **5. INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O pedido de credenciamento deverá ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, acompanhado dos seguintes documentos:

- Documentos de habilitação
- Equipe técnica e respectivos registros profissionais
- Portfólio e/ou relatórios técnicos
- Proposta metodológica detalhada

## **6. PRAZO DE CREDENCIAMENTO**

O credenciamento permanecerá aberto para recebimento de documentação por período mínimo de 15 (quinze) dias, podendo ser estendido conforme interesse público.

## **7. ANÁLISE E JULGAMENTO**

I – A análise dos pedidos será realizada por Comissão Especial de Credenciamento designada pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

II – Poderá ser solicitado envio de informações complementares, realização de diligências e visitas técnicas para validação dos requisitos.

III – Credenciamento válido por 2 anos, renovável mediante comprovação da manutenção dos requisitos.

## **8. RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO**

A homologação será publicada no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), permanecendo o edital à disposição para adesão de novos interessados enquanto vigente.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura Municipal de Miguel Pereira**

## 9. SANÇÕES

O descumprimento das obrigações contratuais, legais e técnicas acarretará aplicação das penalidades previstas no Decreto e legislação correlata, assegurando contraditório e ampla defesa.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos. O presente edital tem caráter de chamada pública, não constituindo direito à contratação automática, prevalecendo a análise técnica e o interesse público.

Miguel Pereira, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos